

Soberano é o povo

ENTREVISTA Um governo socialista jamais deve se curvar à lógica clientelista, diz Luiza Erundina no *Jogo de Carta*

A MINO CARTA E RODRIGO MARTINS

Primera mulher a assumir a prefeitura de São Paulo, em 1989, a deputada federal Luiza Erundina volta a disputar o cargo nas eleições deste ano, pelo PSOL. Está impedida, porém, de participar dos debates eleitorais por conta de uma nova lei, tramada pelo ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, recordista de inquéritos da Lava Jato e seu notório desafeto.

A sociedade tem muito a perder. Aos 81 anos, Erundina demonstra uma fé inabalável no poder de transformação da política com participação popular. Em entrevista ao programa *Jogo de Carta*, transmitido ao vivo pelo site de *CartaCapital* na terça-feira 16, não titubeou ao falar sobre o golpe contra Dilma Rousseff, a “traição” de Marta Suplicy ao PT e explicar como pretende estabelecer uma aliança com o povo para governar.

“Um governo socialista não pode se submeter à lógica clientelista.” Confira, a seguir, os principais trechos da conversa. A íntegra, em vídeo, está em www.cartacapital.com.br.

Jogo de Carta: O prefeito Fernando Haddad parece um tanto confuso ao analisar o processo contra Dilma Rousseff. Ora considera a palavra golpe um pouco dura, ora diz que foi golpe, sim. A senhora tem alguma dúvida?

Luiza Erundina: Não, absolutamente. Duro é o próprio golpe, e não a palavra. Lastimo que alguém com o nível de formação acadêmica do Haddad ainda tenha dúvida sobre o que ocorreu. Foi uma violação da soberania popular, resultado da conspiração de alguém que só se elegeu vice-presidente graças à sua composição na chapa com Dilma.

JC: O que significa esse golpe?

LE: A perda de uma conquista preciosa, que custou caro ao povo brasileiro. Custou vidas humanas, torturas, desaparecimentos forçados. A ferida ainda sangra para os familiares que não sabem





onde estão os restos mortais de seus parentes, até porque não se revelou toda a verdade sobre a ditadura. Mesmo com uma democracia mitigada, como foi a nossa, é uma perda. Nossa Constituição tem menos de 30 anos e foi remendada mais de 80 vezes. É imprevisível o tamanho dessa derrocada, a ameaçar o que se construiu em três décadas.

JC: O Parlamento vive uma situação insólita. Dilma está sendo deposta por alegadas irregularidades na gestão fiscal. Quem conduziu todo esse processo foi o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, recordista de inquéritos na Operação Lava Jato. Não há, porém, qualquer previsão segura de quando o

Candidata à prefeitura de São Paulo, Erundina está excluída dos debates por um feito de Eduardo Cunha

plenário da Câmara vai analisar a cassação do mandato dele.

LE: Ele está sendo sustentado pelo presidente interino, que teme uma possível delação. Cunha sabe muita coisa sobre aqueles que deram o golpe ou dele se beneficiaram. Na verdade, essa turma quis

É golpe, sim. “Lastimo que alguém com a formação acadêmica do Haddad ainda tenha dúvidas sobre o que ocorreu”, diz Erundina ao jornalista Mino Carta

tirar Dilma também para coibir os trabalhos da Lava Jato. Outro dia, li uma curiosa notinha de jornal. Cunha teria dito: todos são meus amigos; um virou presidente, três são ministros e eu estou sozinho. É uma ameaça velada.

JC: Por que tão poucos deputados resistiram a Cunha?

LE: Ele tinha, ainda tem uma maioria sob seu controle. Cunha tem muito dinheiro, bancou a campanha de muita gente. Tornou-se presidente da Câmara pagando caro pelo mandato, literalmente. Fazia o que queria. Chegou ao extremo de pautar matérias e, quando o resultado não lhe convinha, colocava para votar de novo. Uma minoria resistia, denunciava. Em uma dessas ocasiões, nos rebelamos e fomos para cima da mesa. Sentei na cadeira dele em protesto. Não adiantou. Ele reuniu o colégio de líderes, retomou a sessão e aprovou a matéria.

JC: Cunha deve gostar muito da senhora...

LE: Sim (*risos*), por isso fez essa lei para impedir minha participação nos debates de tevê. Um ano antes das eleições, eles criaram o seguinte dispositivo: partidos com menos de dez deputados federais ficam de fora dos debates, a menos que a maioria dos demais candidatos concorde em abrir espaço. É uma clara retaliação ao PSOL, que teve protagonismo na luta pela cassação do seu mandato. O partido apresentou uma ação de inconstitucionalidade no Supremo, que deve ser julgada na próxima quarta-feira 24 de agosto, mas a TV Bandeirantes já me excluiu de antemão do primeiro debate, previsto para a segunda 22. Não dava para esperar dois dias?

Seu País

JC: Quando a senhora foi prefeita, não tinha maioria na Câmara dos Vereadores. Felizmente, não foi vítima de um golpe. Por outro lado, não conseguiu aprovar várias de suas propostas, como o Passe Livre. Como assegurar a governabilidade sem incorrer nos vícios que caracterizam os governos de coalizão?

LE: Tenho outra concepção de governabilidade. Quando ela está assentada apenas no Legislativo, fica à mercê de uma relação promíscua entre os poderes, sobretudo com essa composição de forças que vemos no Congresso Nacional. Pior: as negociações não se fazem mais via partidos, e sim por indivíduos. Cada parlamentar tem suas benesses, suas demandas, para garantir um voto ou formar maioria. Daí a necessidade de uma reforma política estrutural, luto por isso há 20 anos.

JC: E como foi a sua experiência na prefeitura?

LE: Quando prefeita, governei com minoria na Câmara. Foi fácil? Não. Poderíamos ter feito mais com o apoio dos vereadores. No entanto, para construir maioria, teria de fazer concessões éticas. A direita faz isso melhor do que nós, porque não tem escrúpulos e está no poder há mais de 500 anos. Um governo socialista não pode se submeter à lógica clientelista. O que fazer? Uma aliança com o povo, estimular o exercício do poder popular. A cada ano, para aprovar a lei orçamentária, percorria uma via-sacra por todas as entidades representativas para trazer o povo e pressionar o Legislativo. É preciso haver intensa mobilização popular e empoderar o povo. O que diferencia um governo popular é o método de gestão, a ética é um pressuposto.

JC: Há duas candidatas que já foram prefeitas de São Paulo e romperam



"Marta atirou-se nos braços dos inimigos do PT. Não tenho medo das palavras, é traição"

com o PT. Uma é a senhora, que está no PSOL. A outra é Marta Suplicy, que concorre pelo PMDB. Qual é a diferença entre Erundina e Marta?

LE: Algum tempo atrás, fizemos essa mesma pergunta a ela. Marta respondeu que era cosmopolita, enquanto eu era provinciana. Não diria a mesma coisa. Marta não se formou politicamente. Veio a re-

boque do ex-marido, Eduardo Suplicy, e foi acolhida pelo PT. Foi deputada, senadora, duas vezes ministra. Teve uma

"O que diferencia um governo popular é o método de gestão, a ética é pressuposto"



oportunidade incrível dentro do PT, mas saiu da forma como saiu, no momento mais crítico daquele partido e de seu governo. Saiu para se jogar nos braços dos inimigos do partido, atirando pedras, como se estivesse diante de uma Geni. Isso é traição. Não tenho medo das palavras, isso é traição. Eu agradeço ao PT, só cheguei onde estou graças a esse partido. Costumo dizer que não sei, o PT é que saiu de mim. Aquele sonho, aquele projeto foi uma primavera para o Brasil e para a juventude da época, mas a política foi se institucionalizando. O movimento nas portas de fábricas, nas periferias, no campo, foi se esvaindo. As lideranças se encastelaram nos gabinetes. Mas a utopia persiste. Carrego o mesmo sonho no PSOL.

JC: Quando prefeita, a senhora propôs a gratuidade do transporte público, em modelo semelhante ao que é reivindicado pelo Movimento Passe Livre. Essa proposta é viável hoje?

LE: A mobilidade de uma pessoa na cidade serve a todos, não apenas a quem se desloca. A própria noção de cidade pressupõe a mobilidade, a capacidade de ir e vir, para trabalhar, estudar. Não é justo que o custo desse serviço recaia apenas ao usuário direto. Por que não podemos socializar os custos desse serviço de que todos se beneficiam? É o princípio da justiça social.

JC: Socializar de que forma? Um novo tributo?

LE: Podemos reavaliar os contratos de concessão. Estabelecer alguns requisitos, como tarifa zero aos fins de semana. Dessa forma, a pessoa pode se locomover para um teatro, um parque. O transporte dentro de uma mesma região pode ser liberado. O objetivo é eliminar a tarifa paulatinamente, até a universalização da gratuidade, com a socialização dos custos. A forma de fazer isso será discutida com a sociedade. É justo pagar um *plus* no IPTU? Não dá para onerar de forma insuportável somente o usuário. •

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO E WANEZA SOARES